

Orçamento climático 2024

Uma análise sobre os recursos federais previstos para financiar ações de mitigação e adaptação no Brasil

CITAÇÃO SUGERIDA: POLÍTICA POR INTEIRO, 2024. Orçamento climático 2024. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em:
<https://politicaporinteiro.org/notas-tecnicas-e-outras-analises/>

ÍNDICE

Introdução	2
Fundo Clima mudará a escala do financiamento climático em 2024	2
Enfrentamento da emergência climática	5
Combate ao Desmatamento e recuperação da biodiversidade	5
Manutenção da floresta em pé	6
Agropecuária sem transparência	7
Transição energética, onde?	7
As outras fontes de financiamento	8
A proporção do orçamento climático nas despesas totais	9
Recomendações	10

FEVEREIRO/2024

Introdução

A transversalidade da agenda climática foi um dos motes da nova administração federal, mesmo antes de ser empossada em 1º de janeiro de 2023. A pauta se espalhou pelo governo, com mais atores envolvidos e maior intrincamento político.

Essa relevância se refletiu em mais recursos para a implementação de políticas climáticas no Brasil? Isto é, o Orçamento da União prevê recursos suficientes para financiar medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa no território brasileiro ou ações para adaptar o país, em seus diferentes setores, regiões e realidades, a um planeta cada vez mais quente?

A POLÍTICA POR INTEIRO, uma iniciativa do Instituto Talanoa, analisou o Orçamento da União e os fundos federais de financiamento para indicar o que há de fato destinado à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas em 2024. Sem dúvida, o montante disponível para essa agenda aumentou consideravelmente. Porém, sem marcadores no Orçamento e sem a vinculação dos gastos a indicadores conectados à redução das emissões ou à adaptação, mensurar com precisão o Orçamento climático brasileiro segue um desafio.

Neste documento, são apresentados os recursos que devem ser considerados diretamente nessa conta e outros que podem vir a contribuir para a implementação de políticas climáticas. Mostramos também que há muitos valores que, apesar de anunciados dentro da agenda de mudança do clima, seus impactos para a descarbonização não estão claramente delineados.

Fundo Clima mudará a escala do financiamento climático em 2024

A emissão de R\$ 10 bilhões em títulos verdes soberanos pelo Tesouro Nacional é o dado mais notável no Orçamento Climático para 2024. Esse dinheiro reforçará o caixa do Fundo Clima, gerido pelo BNDES, e será destinado a financiamentos de até R\$ 80 milhões para projetos de descarbonização da economia.

O valor é bem alto, considerados a série histórica e os demais gastos autorizados no Orçamento da União para os principais programas e ações orçamentárias de mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou de adaptação às mudanças climáticas neste ano. Por ora, não existe uma conta oficial do quanto o país necessita para reduzir as emissões e alcançar suas metas climáticas, tampouco cálculos para cada setor. Isso dificulta uma avaliação sobre se o dinheiro disponível é ou não suficiente.

Este levantamento considera gastos públicos federais que certamente contribuirão para o enfrentamento da crise climática no Orçamento de 2024 R\$ 13,6 bilhões, soma que não chega a representar três vezes o valor alocado para o fundo eleitoral neste ano.

Todos os gastos associados a mudança da terra e florestas, a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, somam pouco mais de R\$ 1,2 bilhão, consideradas as despesas previstas com combate ao desmatamento, bioeconomia, conservação da biodiversidade e gestão de territórios indígenas e quilombolas. O programa de gestão de riscos e desastres, por sua vez, o principal conjunto de gastos destinados à adaptação, detém pouco mais de R\$ 1,9 bilhão em 2024 dos impostos e contribuições recolhidos pela União.

Este levantamento do Instituto Talanoa rastreou os chamados gastos finalísticos do Orçamento da União, excluídas despesas com pessoal e custos administrativos, de um conjunto ampliado de programas, para além daquele intitulado Enfrentamento da Emergência Climática.

O Orçamento Climático, como chamamos aqui esse conjunto ampliado de despesas, traz como uma das novidades, em 2024, gastos no recém-criado programa Mineração Segura e Sustentável, parcialmente conectado à transição energética, ao prever gastos para mapeamentos geológicos e avaliação dos recursos minerais, como os que poderão ser usados em baterias de carros elétricos e na geração de energia solar ou eólica. Já o programa intitulado Transição Energética não dispõe de verbas do Orçamento da União neste ano.

Segunda maior fonte de emissão de gases de efeito estufa no Brasil, a agropecuária é o setor com menor transparência nos gastos orçamentários. O programa de nome Agropecuária Sustentável reúne autorizações de gastos de mais de R\$ 14 bilhões, mas a maior fatia desse dinheiro tem como destino financiamentos ao agronegócio do café (R\$ 6,9 bi) e crédito para investimento rural (R\$ 3,4 bi), sem distinção entre gastos destinados à chamada agricultura de baixa emissão de carbono.

Chama a atenção, diante dos compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção do Clima da ONU, de reduzir as emissões a 1,32 bilhão de toneladas de CO₂e em 2025, que parte do orçamento da União seja destinada à indústria de petróleo e gás. Os estudos para essa indústria no Ministério de Minas e Energia detém mais de 21 vezes o volume de gastos destinados à indústria de biocombustíveis, por exemplo.

O levantamento do Instituto Talanoa também considera os gastos tributários, como são chamadas as renúncias fiscais, assim como outras fontes de

recursos para o enfrentamento das mudanças climáticas e que tampouco passam pelo Orçamento da União, como o Fundo Amazônia. As informações contidas neste documento estão disponíveis na plataforma do Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)¹, do Ministério do Planejamento e Orçamento, no anexo de gastos tributários da Lei de Diretrizes Orçamentárias², no Plano Plurianual³ e no BNDES⁴.

Estimativa do Orçamento Climático 2024

Gastos que certamente contribuirão para o enfrentamento das mudanças climáticas

- Gestão de Risco de Desastres
- Mudança da terra e florestas
- Programa Enfrentamento da Emergência Climática



¹https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcametaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

²https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcametos-anuais/2024/pldo/16_pldo2024___anexo_iv_10___renuncia_receita_2024_quadros_i_a_xv.pdf

³ <https://www.gov.br/planejamento/presidencial-ppa-2024-2027>

⁴[https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima/fundo-clima/!ut/p/z1/tVRRd9ogGP01PiJEiIl7i86Z1jhrrbXmxUMSUDYDKaCu_Ujrj3tPFO70708kA8-7r18cD-YwgeYSroTK2qFknTj4kXaXgaTQS-OiJcMEq-FjrPwZjiNYzuzETg_JKATX4Rg-nb_OBIFaHLlje6mYx8PJwewxSmubSVXcNFJgtmIkIaK-w2PyhooLUqWQNXlanMBS2ZtMo00EblNTWg0mqIaen--FYW9cJhBPIGIPSPoOapclHARRsRhgMWgDxrYUDaHgdZmzPAOzwjlfF9jxXP5zozjPH1PXc4kpOfLNq_1upSkM-zHZlyS8RXuoyjuJT7pD71BBz8nnCv9UfHD-wBN_E5Epr1bPE2CYwqEb744isSbkVEXtYYELtwpgtNV8OB8J9gezqTSpXst09ciE5Ij5Hco4CRoAUJCH3QJzkGQ-QVnlUchbcEYXWCYT_IcB6-X_hZ8EH4a8vucfZs6VHvdHKwVK7BkJyBR-4kpYZoFm-1UaZOkt8e3xMI-e0eumHhQ9nrGY1laaimtV-a6BKM2NpThUoGKj309plB4plwZYvLC9zr7RO_Wqjst9dJJZDp1MzTjTTDe32k2vra3MpwZqoP1-3zXlaq7UrpIpn1M5yEppWwszwrIT8v4GvlbGHfEY8_i2BsOb2g9xNwgSjKaf_dO39a6WcX2pJ_zjPXy85Z14Hm8z3gZVOSTD_CTA99v4Z_crGPSych_HSzc84c2unlf2EM9DE_0CckXcBw!!/dz/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/;](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima/fundo-clima/!ut/p/z1/tVRRd9ogGP01PiJEiIl7i86Z1jhrrbXmxUMSUDYDKaCu_Ujrj3tPFO70708kA8-7r18cD-YwgeYSroTK2qFknTj4kXaXgaTQS-OiJcMEq-FjrPwZjiNYzuzETg_JKATX4Rg-nb_OBIFaHLlje6mYx8PJwewxSmubSVXcNFJgtmIkIaK-w2PyhooLUqWQNXlanMBS2ZtMo00EblNTWg0mqIaen--FYW9cJhBPIGIPSPoOapclHARRsRhgMWgDxrYUDaHgdZmzPAOzwjlfF9jxXP5zozjPH1PXc4kpOfLNq_1upSkM-zHZlyS8RXuoyjuJT7pD71BBz8nnCv9UfHD-wBN_E5Epr1bPE2CYwqEb744isSbkVEXtYYELtwpgtNV8OB8J9gezqTSpXst09ciE5Ij5Hco4CRoAUJCH3QJzkGQ-QVnlUchbcEYXWCYT_IcB6-X_hZ8EH4a8vucfZs6VHvdHKwVK7BkJyBR-4kpYZoFm-1UaZOkt8e3xMI-e0eumHhQ9nrGY1laaimtV-a6BKM2NpThUoGKj309plB4plwZYvLC9zr7RO_Wqjst9dJJZDp1MzTjTTDe32k2vra3MpwZqoP1-3zXlaq7UrpIpn1M5yEppWwszwrIT8v4GvlbGHfEY8_i2BsOb2g9xNwgSjKaf_dO39a6WcX2pJ_zjPXy85Z14Hm8z3gZVOSTD_CTA99v4Z_crGPSych_HSzc84c2unlf2EM9DE_0CckXcBw!!/dz/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/)

[https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/transparencia/informe-de-carteira/;](https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/transparencia/informe-de-carteira/)

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>

Enfrentamento da emergência climática

O programa orçamentário intitulado Enfrentamento da Emergência Climática é o que aporta o maior volume de dinheiro para o tema no Orçamento de 2024, com um total de R\$ 10,497 bilhões – quase 80% dos R\$ 13,6 bilhões apontados neste levantamento como Orçamento climático. A maior parte desse valor (R\$ 10 bilhões) tem como fonte a emissão de títulos verdes pelo Tesouro Nacional e se soma a outros R\$ 456 milhões a serem transferidos ao BNDES e destinados a financiamentos do Fundo Clima.

O restante dos recursos irá para estudos no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, fomentará projetos de mitigação e adaptação, educação ambiental e ainda para a implementação e monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, atualmente em revisão no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

O Fundo Clima é, no momento, o principal mecanismo de financiamento da descarbonização no país. No BNDES, financia projetos de até R\$ 80 milhões, com juros abaixo daqueles cobrados no mercado.

Segundo informação do banco, os recursos disponíveis atualmente no Fundo Clima já estão comprometidos com contratos já assinados ou em fase de análise; um balanço da gestão do fundo é previsto para o final de fevereiro. De acordo com a página do banco do BNDES na internet, os maiores empréstimos concedidos em 2023 beneficiaram a produção de biogás e biometano no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso e o desenvolvimento de veículos elétricos de pouso e decolagem verticais, em São José dos Campos (SP). Os mais de R\$ 10 bilhões destinados a novos projetos devem ser repassados ao BNDES no primeiro trimestre do ano, segundo expectativa do banco.

Dentro desse mesmo programa, a parcela não-reembolsável do Fundo Clima, gerida diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente e que financia a fundo perdido projetos de mitigação e adaptação, conta em 2024 com uma autorização de gastos de pouco menos de R\$ 5 milhões; em 2023, essa ação orçamentária contou com R\$ 3,4 milhões.

Combate ao Desmatamento e recuperação da biodiversidade

O Orçamento da União de 2024 agrupou num mesmo programa, intitulado Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e

incêndio, as principais ações orçamentárias destinadas a enfrentar a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa no país.

Durante a tramitação do projeto de lei do Orçamento no Congresso, foram reduzidas as autorizações de gastos para as ações orçamentárias relativas à fiscalização ambiental e de apoio à criação, implementação e gestão de unidades de conservação federais. Até o monitoramento da cobertura da terra pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sofreu redução nos gastos autorizados durante o ano.

Ainda assim, o combate ao desmatamento conta com mais recursos do que o valor gasto em 2023. Para a principal ação de combate ao desmatamento, estão previstos R\$ 297,8 milhões contra R\$ 191,5 milhões empenhados (com compromisso de gasto) no ano anterior. O apoio à criação de UCs perde efetivamente, com R\$ 199,5 milhões de gastos autorizados em 2024, R\$ 28 milhões a menos do que o valor comprometido em 2023.

Manutenção da floresta em pé

Outra novidade na lei orçamentária foi a criação de um programa específico para os gastos com bioeconomia, um dos pilares da estratégia de redução das emissões de gases de efeito estufa e que, neste ano, deverá ganhar uma política específica.

O destaque, nesse programa, é o pagamento de benefício a famílias extremamente pobres que contribuem com a conservação ambiental, por meio do Bolsa Verde, retomado no ano passado. O Bolsa Verde conta, em 2024, com R\$ 141 milhões, R\$ 14 milhões a menos do que a proposta que o governo enviou ao Congresso, mas que também representa bem mais do que o dobro do que o valor empenhado no ano passado.

A ação orçamentária intitulada Desenvolvimento da Bioeconomia dispõe de R\$ 4,3 milhões. O valor sugere que o apoio à bioeconomia não virá de recursos orçamentários.

O Instituto Talanoa também considera parte do esforço para reduzir as emissões de gases de efeito estufa o programa orçamentário que cuida da demarcação e gestão de territórios indígenas e a ação orçamentária que trata do reconhecimento de territórios quilombolas. Enquanto o primeiro sofreu corte durante a tramitação no Congresso, a segunda contou com um aumento nas autorizações de gastos. Os territórios indígenas contam com R\$ 135,5 milhões (ante R\$ 212 milhões empenhados em 2023) e os quilombolas, com R\$ 144,3 milhões em 2024. No ano passado os territórios quilombolas contaram com menos de R\$ 3 milhões.

Agropecuária sem transparência

O setor da economia que mais emite gases de efeito estufa detém um orçamento robusto alocado num programa intitulado Agropecuária Sustentável: mais de R\$ 14 bilhões de gastos autorizados por lei. Também por lei, o objetivo desse programa é fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e à diversificação energética.

Orçamento robusto e objetivo amplo não garantem, no entanto, que grande parte do investimento esteja alinhada a reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor. Embora preveja ampliar o acesso do produtor rural “aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos”, a ação orçamentária destinada à produção e divulgação de informações meteorológicas e climatológicas dispõe de R\$ 20,9 milhões. O desenvolvimento da produção agropecuária sustentável, outra ação orçamentária, conta com apenas R\$ 900 mil. E o apoio a políticas agroambientais, com R\$ 100 mil.

A maior parte do dinheiro do programa Agricultura Sustentável vai ajudar a reduzir os juros de financiamentos concedidos a produtores rurais. E não fica claro quanto vai para a agricultura tradicional e quanto vai para a chamada agricultura de baixa emissão de carbono (ABC). Sabe-se que uma parcela pequena do Plano Safra é destinada, de fato, a investimentos em técnicas de redução das emissões na agropecuária.

Tampouco há essa diferenciação nos recursos reservados para a agricultura familiar, no programa intitulado Agricultura Familiar e Agroecologia, que tem autorizados gastos de R\$ 7,7 bilhões em 2024, em grande parte destinados aos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Por fim, a pesquisa e a inovação agropecuária contam com mais R\$ 353 milhões no orçamento de 2024, dirigidos à Embrapa, sobretudo.

Transição energética, onde?

O Plano Plurianual, lei que orienta os orçamentos para o período de quatro anos, criou um programa intitulado Transição Energética, em sua edição para o período de 2024 a 2027. Esse programa tem como objetivo geral coordenar, planejar e promover a redução de carbono da matriz energética brasileira, com aumento da eficiência energética e oferta de energias limpas e renováveis. Mas não recebeu recursos do Orçamento da União neste ano.

De acordo com o Ministério do Planejamento, o programa é financiado com incentivos fiscais, mais especificamente com a redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS de aerogeradores (turbinas eólicas ou sistemas de geração eólica). Os geradores de energia eólica contam com cerca de R\$ 215 milhões na estimativa de gastos tributários deste ano⁵.

Com objetivo associado à transição energética, o Orçamento da União de 2024 traz um novo programa intitulado Mineração Segura e Sustentável, com quase R\$ 140 milhões de gastos autorizados. A parcela maior, e que cresceu substancialmente durante a tramitação do projeto de lei no Congresso, financiará o mapeamento geológico, para maior conhecimento das reservas de que o país dispõe, inclusive dos chamados minerais críticos ou estratégicos, usados tanto em baterias de carros elétricos como na geração de energia eólica e solar. Serão investidos em mapeamento R\$ 54,3 milhões em 2024. A falta de informações geológicas precisas é uma das lacunas de uma política mineral ainda não estruturada no governo e que enfrentará desafios, como uma definição sobre a extração de minerais estratégicos em áreas protegidas na Amazônia.

Ainda formalmente conectada à transição energética dentro do Plano Plurianual, o programa intitulado Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis dispõe de R\$ 66,9 milhões, sobretudo para a regulação do setor. Prevê ainda estudos das indústrias de petróleo e gás e de biocombustíveis; a primeira recebendo quase 22 vezes mais dinheiro do que a segunda.

O Ministério do Planejamento também identifica conexão com transição energética gastos com a chamada neointustrialização ou nova indústria, em dois programas do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Ciência, Tecnologia e Inovação. Esses programas, intitulados Neointustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional e Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização têm, juntos, previsão de despesas de mais de R\$ 3,4 bilhões em 2024, mas uma única ação orçamentária, de R\$ 6 milhões, fala em descarbonização.

As outras fontes de financiamento

O Orçamento da União é uma das fontes de financiamento de ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e de adaptação às

⁵ Para uma comparação, enquanto os aerogeradores contam com incentivos fiscais de R\$ 215 milhões e o biodiesel detém R\$ 124,5 milhões, com os gastos tributários com termoelectricidade, sobretudo gás, a União deixará de arrecadar R\$ 732 milhões. Ainda em 2024, segundo projeção oficial, o governo abrirá mão de R\$ 6,2 bilhões em tributos em 2024 para subsidiar defensivos agrícolas, que contribuem para o aquecimento global.

mudanças climáticas. Mas há outras formas de financiamento público ou com gestão pública, como os gastos tributários (sem nenhum alinhamento à transição para a economia de baixo carbono) e os recursos geridos pelo BNDES, em grande parte vindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), parcialmente alinhado à redução das emissões. E, mais conectadas com o financiamento climático, o Fundo Clima e o Fundo Amazônia.

O Fundo Clima, como se disse anteriormente, receberá aportes de R\$ 10 bilhões vindos da emissão de títulos verdes pelo Tesouro Nacional e representa hoje a maior fonte de financiamento climático no Brasil. Além desses recursos, que serão transferidos do Orçamento da União para o banco nos próximos meses, o BNDES conta com um saldo residual para novos contratos. E um novo lançamento de títulos verdes está prevista ainda para este ano.

Já o Fundo Amazônia, com o fluxo de doações e contratações retomado em 2023, com a restauração de sua governança, disporia, segundo informação do BNDES, de R\$ 3 bilhões em carteira para novos contratos. Entre eles, provavelmente estará o Programa União com Municípios, com recursos destinados a municípios prioritários aderentes e que demonstrem esforços concretos no combate ao desmatamento. Nesse saldo de R\$ 3 bilhões não está contabilizada a maior parte das novas doações anunciadas em 2023 e que somam outros R\$ 3,1 bilhões, dos quais só uma pequena parcela já foi internalizada no Fundo Amazônia.

Durante 2023, o BNDES aprovou R\$ 1,3 bilhão para novos projetos. Um dos mais importantes é o Restaura Amazônia, edital de R\$ 450 milhões destinados à restauração florestal. A meta do projeto é restaurar 6 milhões de hectares de floresta até 2030. Mas, para isso, seriam necessários R\$ 50 bilhões, segundo o banco.

A proporção do orçamento climático nas despesas totais

Considerando os gastos no programa orçamentário Emergência Climática e os programas e ações diretamente associadas ao combate ao desmatamento e conservação de florestas, assim como à gestão de riscos e desastres, temos uma autorização de gastos em 2024 da ordem de R\$ 13,6 bilhões. Esse valor alcança a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa, assim como os principais esforços para a adaptação às mudanças climáticas no país.



Não foram considerados nessa conta os gastos com a agricultura de baixo carbono, porque não há distinção clara no Orçamento entre o que financia a agropecuária tradicional e as tecnologias que reduzem as emissões na segunda maior fonte de gases de efeito estufa no Brasil. Tampouco foram considerados os gastos com transição energética, porque o Orçamento de 2024 não prevê a destinação de dinheiro da arrecadação de impostos e contribuições para o principal programa dessa área.

Os R\$ 13,6 bilhões representam uma parcela pequena do Orçamento da União. Basta comparar com os R\$ 44,7 bilhões destinados a emendas parlamentares. E aos R\$ 4,9 bilhões dirigidos ao fundo eleitoral neste ano. O total das despesas de custeio e investimentos alcança em 2024 R\$ 2,3 trilhões.

O Orçamento da União de 2024 representa um aumento do volume de recursos destinados ao combate das mudanças climáticas. Mas ainda para uma comparação, estudo do projeto Clima e Desenvolvimento, da COPPE-UFRJ em parceria com o Instituto Talanoa, estimou, em 2021, que seriam necessários R\$ 92,2 bilhões até 2030 para conseguir avançar com as reduções de, no mínimo, 63% das emissões relativas a 2005⁶.

Recomendações

Falta clareza no Orçamento da União aos gastos identificados com a descarbonização da economia e a adaptação às mudanças climáticas em áreas importantes como Agropecuária e Energia. Nessas áreas, parte dos gastos da União pode contribuir para o aumento das emissões, mesmo quando o programa orçamentário recebe o título Agropecuária Sustentável, por exemplo. Tampouco há clareza sobre gastos com mobilidade urbana que podem contribuir para a redução de emissões, por meio do uso de energias renováveis.

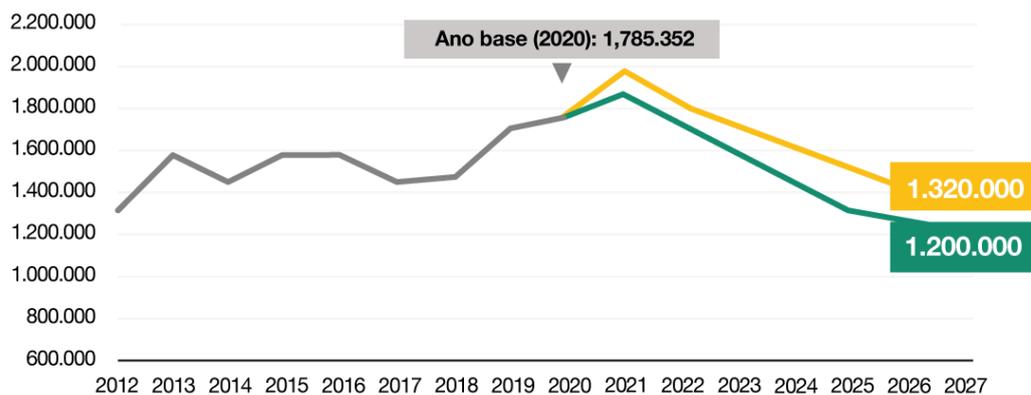
Além da clareza, é necessário que as metas a serem alcançadas a partir da execução do Orçamento sejam compatíveis ou mais ambiciosas do que os patamares de redução das emissões declarados pelo país em sua NDC.

Portanto, para maior nitidez e conseqüente maior eficiência dos gastos públicos da União para lidar com a mudança do clima, em ações de mitigação e adaptação, o Instituto Talanoa recomenda:

⁶<https://clima2030.org/wp-content/uploads/2022/08/Clima-e-Desenvolvimento-Visoes-para-o-Brasil-2030-Docemento-de-Cenario-e-Politiclas-Climaticas-15-out-2021.pdf>

1. A adoção de marcadores no Orçamento da União para os gastos associados às mudanças climáticas, da mesma forma que o Plano Plurianual identificou temas transversais no planejamento 2024-2027⁷, como meio ambiente, em que o enfrentamento da emergência climática aparece como uma das dimensões.
2. O alinhamento dos gastos públicos relacionados às mudanças climáticas a objetivos claros tanto de descarbonização como de adaptação.
3. Estabelecimento de metas condizentes com os compromissos declarados pelo Brasil em sua NDC. Por exemplo, entre os principais indicadores de sucesso do PPA, estão a queda das emissões de gases de efeito estufa para um patamar compatível com o que o país assumiu compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção do Clima da ONU e a queda do desmatamento na Amazônia. São metas bastante desafiadoras (*confira gráficos abaixo*), mesmo considerando que o desmatamento na Amazônia caiu, em 2023, para 9.000 km² na Amazônia.

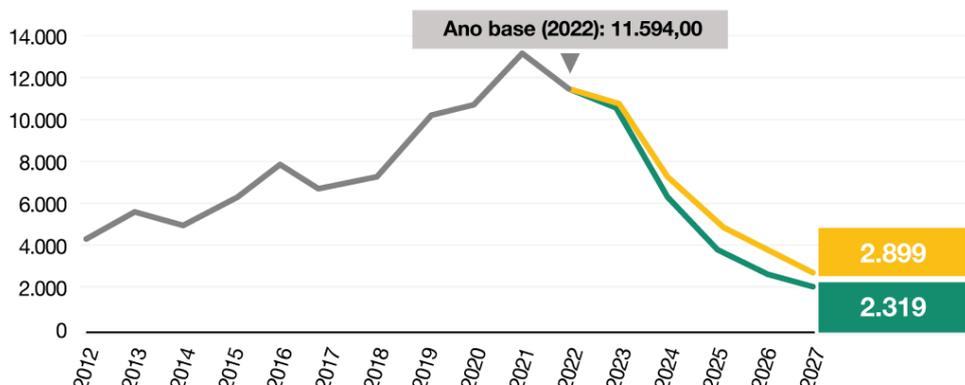
Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil (em Gg)



Fonte: Indicador-chave do PPA 2024-2027; Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) - MCTI. Projeções elaboradas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com base em estimativas do Ipea.

⁷<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/relatorio-sintetiza-a-importancia-e-o-gra-u-de-transversalidade-da-agenda-ambiental-no-ppa-2024-2027/agente-transversal-meio-ambiente.pdf>

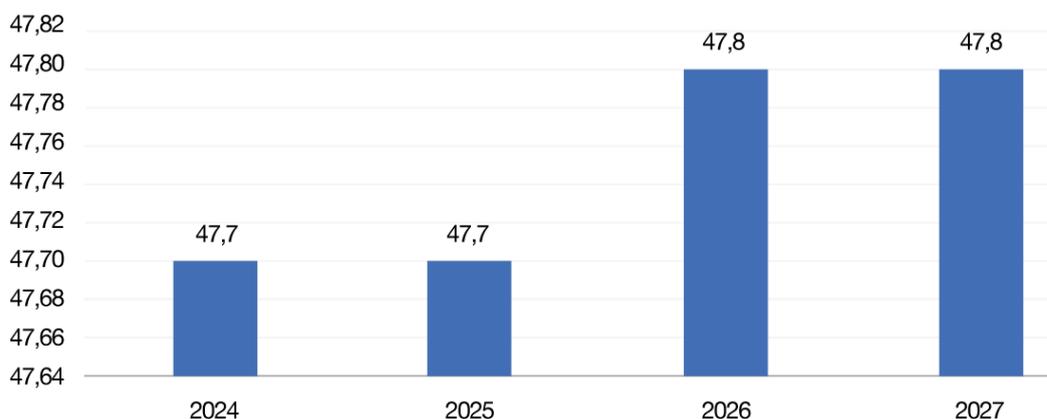
Desmatamento anual no bioma Amazônia (em km²)



Fonte: Indicador-chave do PPA 2024-2027; Portal TerraBrasilis/Inpe. Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA, em 2023.

Há indicadores aparentemente pouco ambiciosos para parte dos gastos associados às mudanças climáticas, como é o caso do aumento de oferta de energia limpa. A matriz energética brasileira já é mais limpa que a média dos países do planeta. Segundo o Balanço Energético Nacional, em 2023, a matriz energética era 47,4% renovável, 2,4 pontos percentuais a mais do que no ano anterior. A meta do PPA (*gráfico abaixo*) prevê um aumento muito pequeno nesse percentual, para 47,8% em 2027.

Oferta de energia limpa (%)



No caso da Agropecuária, os indicadores de sucesso do PPA não dialogam com a necessária redução das emissões de GEE no setor.

Estas três recomendações possibilitarão o estabelecimento de um Orçamento Climático preciso e transparente, permitindo a avaliação dos gastos e os ajustes necessários para a implementação eficiente das políticas de mitigação e adaptação.



UMA INICIATIVA



contato@institutotalanoa.org

contato@politicaporinteiro.org



institutotalanoa.org

politicaporinteiro.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)

[@politicaporinteiro](https://www.instagram.com/politicaporinteiro)



[@TalanoaReal](https://twitter.com/TalanoaReal)

[@politicaporinteiro](https://twitter.com/politicaporinteiro)



[@italanoa](https://www.linkedin.com/company/italanoa)

[@politica-por-inteiro](https://www.linkedin.com/company/politica-por-inteiro)
